

As deficiências da Saúde

28 JUN 1995

GAZETA MERCANTIL

por Sandra Nascimento
de Brasília

O ministro da Saúde, Adib Jatene, entregou aos membros da Comissão de Seguridade Social da Câmara um extenso documento no qual detalha didaticamente as deficiências do setor. A intenção do ministro é que os números ajudem a convencer o Congresso Nacional da viabilidade e necessidade da criação de uma contribuição social, para financiar o setor, nos mesmos moldes do extinto Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Para Jatene, a única alternativa capaz de salvar o setor.

O quadro epidemiológico apresentado aos deputados mostra um Brasil de contrastes: enquanto cresce a mortalidade por doenças crônicas-degenerativas, mais ligadas aos problemas do mundo moderno, como as cardiovasculares, man-

tém-se alta a incidência das antigas endemias rurais, além do recrudescimento de doenças infecciosas e parasitárias. A isso soma-se a Aids, que aumenta geometricamente e já supera 60 mil pessoas infectadas.

A volta da cólera atingiu cerca de 60 mil casos em 1993, com 670 óbitos. Neste ano estima-se uma sensível redução para 1,8 mil registros com 49 mortes. A dengue foi responsável por 56,5 mil ocorrências, ante as 7 mil notificadas no ano anterior. Para este ano estima-se 70 mil casos. Muitos desses males, combatidos desde o século passado, refletem um dos números mais vexaminosos levantados pelo ministério: no Brasil, apenas 66,70% de toda a população tem abastecimento de água, e somente 30,89% é atendida por rede sanitária de esgotos.

O presidente da Repúbli-

ca Fernando Henrique Cardoso tem razão quando diz que os recursos para a saúde aumentaram em seu governo. Hoje são investidos no setor cerca de US\$ 100,44 por habitante, valores comparados apenas aos do final da década de 80. Em 1992, o sistema chegou ao fundo do poço, com uma destinação de US\$ 44,30 para cada brasileiro. "Reconheço que o governo está dando seu máximo, mas não é o suficiente", disse Jatene. A saída, para o ministro, só pode vir de uma nova fonte, a contribuição sobre a movimentação financeira.

O orçamento total aprovado para este ano é de R\$ 14 bilhões, para uma previsão de gasto, incluindo investimentos, de R\$ 19,6 bilhões. A diferença é exatamente o montante estimado com a arrecadação anual do IPMF.

As discussões em torno da criação dessa nova con-

tribuição, encarada como mais um tributo, chegaram a abalar as relações entre Jatene e a equipe econômica, que até aceita o imposto, desde que não seja vinculado à saúde. Prefere utilizá-lo na amortização da dívida interna. Na semana passada as divergências chegaram a provocar rumores de que o ministro da Saúde estaria demissionário, o que foi desmentido. Mas a persistência de Jatene - que sequer aceita discutir outra fonte de receita -, a oposição dos ministros da Fazenda e do Planejamento; a postura de não interferência do presidente da República e um comportamento cético do Congresso poderão deixar o ministro da Saúde bastante solitário dentro do governo. Ele garante que fica até conseguir seu intento. Se derrotado, prefere esquivar-se de revelar seus planos para o futuro.